



## INTERFERÊNCIA DA RENDA NA APRENDIZAGEM DO EDUCANDO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES

Poliana Bernabé Leonardeli<sup>1</sup>  
Jaqueline Gomes Ferreira<sup>2</sup>  
Josimar Gomes Ferreira<sup>3</sup>

Recebido em: 10/2020  
Aprovado em: 11/2020

### RESUMO

A presente pesquisa traz como tema a relação do desenvolvimento do aluno com a renda per capita familiar. A problemática se concentra em até que ponto esse fato pode interferir no processo cognitivo do educando? O objetivo geral é apresentar se a situação econômica do aluno interfere no desempenho escolar comparando duas instituições públicas na cidade de Linhares- ES. A pesquisa foi realizada por meio de entrevista e pela revisão bibliográfica a partir dos pensamentos de variados autores. O método utilizado para coleta de dados foi a aplicação de uma entrevista realizada com os diretores dessas instituições com o intuito de comparar o impacto da renda no desenvolvimento de aprendizagem do aluno. Ao final da pesquisa foi constatado que de fato a condição socioeconômica do aluno interfere no seu rendimento escolar.

**Palavras-chave:** Renda. Aprendizagem. Rendimento escolar.

## INCOME INTERFERENCE IN LEARNING EDUCATION IN TWO PUBLIC SCHOOLS IN THE MUNICIPALITY OF LINHARES / ES

### ABSTRACT

This research has the theme about the relationship between student development and per capita family income. Does the problem focus on the extent to which this fact can interfere with the student's cognitive process? The general objective is to present whether the student's economic situation interferes with school performance by comparing two public institutions in the city of Linhares-ES. The research was carried out through interviews and through a bibliographic review based on the thoughts of different authors. The method used for data collection was the application of an interview conducted with the directors of these institutions in order to compare the impact of income on the student's learning development. At the end of the research it was found that in fact the student's socioeconomic condition interferes with his academic performance.

**Keywords:** Income. Learning. School performance.

<sup>1</sup> Mestra em Estudos Literários – UFES; Professora Adjunta de Língua Portuguesa - FACELI

<sup>2</sup> Graduada em pedagogia - FACELI

<sup>3</sup> Graduado em pedagogia - FACELI



## **1. INTRODUÇÃO**

Ao se tratar de educação é fundamental que sejam levantadas discussões acerca do processo de aquisição de conhecimentos, pois é com base no aprendizado que se estabelece a qualidade do ensino. Portanto, faz-se necessário analisar quais fatores interferem no processo ensino aprendizagem do estudante, visto que a partir de tais dados é possível traçar planos para a correção dos motivos que levam o aluno a falhas no processo de construção do saber.

São inúmeras as causas que provocam baixo desempenho escolar, a destacar: desestrutura familiar, classe econômica marginalizada, contexto em que se está inserido, falta de estímulo para o aprender ou problemas cognitivos variados. Essas dificuldades, na grande maioria das vezes, resultam em reprovações, evasão escolar e a formação de sujeitos com probabilidades muito grandes de marginalização.

Não sendo menos importante, a metodologia adotada pelo docente pode interferir de forma negativa ou positiva no processo de formação do saber do aluno. Uma das maiores preocupações por parte de quem se envolve com educação é o rendimento escolar insatisfatório, tendo em vista que o desempenho de estudantes no contexto escolar pode ser influenciado por diversos fatores.

Diversos estudos acerca da educação, desigualdade social e pobreza no Brasil apontam que existe uma forte correlação entre essas variáveis, mas é sabido que o nível da renda é um dos fatores que interfere mais significativamente na qualidade da educação. Resta saber de que forma o corpo docente escolar, família, sociedade e governo lidam com essa situação.

Diante dessa realidade, faz-se necessário que pesquisas como estas sejam realizadas a fim de avaliar o impacto dessas causas na educação em perspectivas econômicas e sociais, analisando as características do grupo familiar, nível socioeconômico e uma série de outros fatores que contribuem para o déficit da aprendizagem.

Através desta pesquisa procuramos conhecer os perfis dos alunos que frequentam duas escolas municipais de ensino fundamental, localizadas na cidade de Linhares-ES, que possuem responsáveis vinculados ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), se os professores apresentam alguma resistência ou não em trabalhar com estudantes de variadas classes e de que modo esse fator pode interferir no aprendizado.

Mediante as considerações surge o seguinte questionamento: até que ponto a condição social pode afetar ou não o desenvolvimento cognitivo do aluno? Essa pergunta foi o ponto de partida para nossa investigação. Partindo dessa indagação é possível levantar a hipótese de



que o grau de escolaridade da família pode estar diretamente ligado a renda salarial que afeta na aquisição do saber do aluno devido às condições que lhe são impostas diante do seu contexto social.

## **2. POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL**

O Brasil possui um árduo histórico de colonização em que, nitidamente, a exploração de riquezas favoreceu determinadas classes, geralmente as mais conservadoras e aristocráticas. Apenas no fim do século XIX e início do século XX, o Brasil começou a aderir à Revolução Industrial e a sua forma de produção. Com isso, instalam-se neste território indústrias e, conseqüentemente, inicia-se a geração de empregos. Nesse contexto os pobres eram considerados necessários a fim de que se pudesse obter mão de obra barata, condicionando-se a sociedade brasileira a um contexto desuniforme no aspecto social.

Houve muitos brasileiros que analisaram e escreveram acerca dessa característica da sociedade brasileira, tais como: Anísio Teixeira (1900 – 1971), Paulo Freire (1921 – 1997), Josué de Castro (1908 – 1973), Sérgio Buarque de Holanda (1902 – 1982) e tantos outros que lutaram por um país menos excludente e desigual no que diz respeito a questões educacionais e sociais. Paulo Freire defendeu a igualdade de educadores e educadoras com educandas e educandos. Essa ideia o acompanhou durante a vida inteira: “Ninguém é superior a ninguém” (FREIRE, 2017, p. 119 [1998 p. 108]) deixando claro que a educação deve estar associada a essa ideia.

A pobreza é natural a grande parte dos brasileiros desde sempre, e se torna relevante analisar as ações feitas para que essa situação seja contornada. Paes de Barros (et al. 1992, p. 16), por exemplo, afirma que “pobreza é um fenômeno complexo que significa coisas diferentes para diferentes pessoas”. A relevância do conceito depende basicamente do nível de vida e da forma como, numa dada sociedade, são atingidas as diversas necessidades humanas. Em geral, a pobreza é algo que existe desde o início da humanidade, ela se refere a condições de miséria em que cidadãos não conseguem possuir o mesmo padrão de vida estabelecido pela sociedade em que estão inseridos.

Albuquerque (1996, p. 76) afirma que a “o número de pobres no Brasil em 1990 era de 39, 2 milhões, correspondentes a 27% da população (145,4 milhões)”, isso em decorrência das diferenciações estruturais de sua economia, sua diversidade espacial, as disparidades regionais, sub-regionais e urbanos rurais de níveis de desenvolvimento. O progresso tardio e a dependência econômica do Brasil o tornam um país subdesenvolvido e conseqüentemente



## INTERFERÊNCIA DA RENDA NA APRENDIZAGEM DO EDUCANDO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES

---

inúmeras pessoas vivem abaixo da linha da pobreza aqui. A escassez de recursos a essas pessoas as torna incapazes de sustentar suas necessidades mínimas básicas para sobrevivência, e isso pode ser causado por inúmeros fatores que se discute há muitos anos.

Segundo Cardoso e Helwege (1990, p. 105) “a constatação de altos níveis de rendimento na região em relação a outras áreas em desenvolvimento indica que na raiz do problema está a desigualdade na distribuição de rendimento”. No Brasil, não causa estranheza que a pobreza esteja diretamente ligada a uma questão de insuficiência de renda, o que pode refletir em péssimas condições para viver, além de afetar outras áreas como educação e saúde.

Na busca sobre a história da pobreza no Brasil, é possível identificar projetos que foram criados para sancionar problemas voltados à pobreza e à desigualdade. Dentre eles temos o Programa Fome Zero, criado e implantado aqui no Brasil em 2003 pelo presidente da época, Luiz Inácio Lula da Silva. Esse programa tinha como objetivo suprir a fome e assegurar que houvesse comida na mesa do povo brasileiro. (Projeto Fome Zero, 2016).

O Programa fome Zero enfrentou diversas dificuldades em sua implementação e articulação com as demais camadas sociais, porém a partir dele nasceu o Bolsa Família, lançado em janeiro de 2004, cujo objetivo é garantir uma renda mínima a populações mais carentes. Este sim garantiria às famílias o acesso a serviços básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. (Projeto Fome Zero, 2016).

A consolidação do programa Bolsa Família potencializou a construção do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que é um instrumento que identifica e caracteriza a questão socioeconômica das famílias classificadas como baixa renda, de maneira que seleciona os beneficiários e os integra aos programas sociais governamentais. Juntos, o PBF e CadÚnico formaram uma base sólida de maneira que se garantisse ao público mais vulnerável políticas públicas de acesso a condições minimamente necessárias para sobrevivência e atuação na sociedade. (Projeto Fome Zero, 2016).

Em junho de 2011, durante o Governo Dilma Rousseff, implementou-se o programa Brasil sem miséria, cujo objetivo principal era erradicar a pobreza extrema. O plano consistia em várias estratégias articuladas entre si que seriam aplicadas de acordo com o contexto de cada região. O projeto criou oportunidades de inclusão de diversos grupos dentre eles jovens, mulheres, negros, população em situação de rua, pessoas com deficiência e tantos outros grupos vulneráveis. (Projeto Fome Zero, 2016).

O Brasil sem Miséria priorizou também a educação, expandindo as vagas em creches, proporcionando o ensino em tempo integral, em que os estudantes das escolas em grande



parte eram inscritos no programa Bolsa Família, tudo isso permitiu que o país saísse do grande abismo de fome e da pobreza extrema, garantindo melhores condições de vida a muitos brasileiros que viviam em situações precárias e vulneráveis. (Projeto Fome Zero, 2016).

### **3. IMPACTOS SOCIAIS DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL**

Apesar da globalização e tecnologia avançadas sabemos que a pobreza continua sendo um fator que induz a muitas preocupações. Infelizmente, ainda é possível em pleno século XXI afirmar que a pobreza é um problema global e atinge países subdesenvolvidos e desenvolvidos, fazendo-se necessária a criação de medidas que busquem reduzir o índice de desigualdade social. Mestriner (1999, p. 61) reforça essa ideia ao dizer que: “são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade [...] que muitas vezes expressam também o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza sem uma intervenção direta para minimizá-la ou erradicá-la”.

Uma vez que essa condição se encontra tão presente nos dias atuais, é possível afirmar que ela traz consigo inúmeras consequências a quem faz parte desse grupo vulnerável. Os impactos destrutivos da pobreza deixam marcas sobre a população, tais como, o desemprego, a moradia precária e insalubre, a ignorância, a fadiga extrema, a resignação, o déficit no aprendizado nas escolas e assim por diante. Tanto que Márcio Pochman (2006, p. 60) comenta:

O desemprego vem aumentando continuamente no Brasil desde 1990 e atinge atualmente níveis jamais vistos anteriormente. Além da crescente taxa de desempregados, constatam-se alterações substanciais também na composição do conjunto de trabalhadores que não têm emprego, sobretudo quando se consideram as variáveis de classes de rendimentos familiar, gênero, raça e escolaridade.

Levando em consideração os impactos que a miséria causa na população é possível observar que a pobreza provoca o aumento no índice de desemprego, sendo este um dos problemas da sociedade contemporânea. O mercado de trabalho está cada vez mais exigente, é requisitado que a pessoa com interesse em ingressar no meio profissional tenha ótimas qualificações, por esse motivo faz-se necessário que o cidadão esteja sempre atento e apto a mudanças que ocorrem constantemente.

Todavia, aqueles que fazem parte do grupo de vulneráveis nem sempre têm acesso ou oportunidade em qualificar-se para que consigam uma inserção no mercado de trabalho, o que causa a ampliação na taxa de pessoas inativas no âmbito trabalhista e, com isso, a precarização das condições de vida de populações.



## INTERFERÊNCIA DA RENDA NA APRENDIZAGEM DO EDUCANDO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES

Os reflexos desse processo também são decorrentes do desenvolvimento capitalista, ainda que sendo o mais dinâmico da história acaba por gerar um número cada vez maior de seres humanos supérfluos para o seu processo produtivo, pois potencializa a visão para os lucros deixando a desejar aspectos que proporcionem melhores condições de trabalho.

Outro prejuízo à população também causado pela pobreza são as moradias precárias acompanhadas pela ausência de infraestrutura. Muitas pessoas acabam alternando moradias por ocupar lugares periféricos ou invasões de terrenos baldios, vivendo em assentamentos ou barracos de lonas, devido a custo de vida mais baixo. As barracas de lona, segundo Feliciano (2006, p. 205), interferem na “ordem estabelecida” pela sociedade o que favorece, muitas vezes, a rejeição dos moradores dos municípios onde ocorrem as ocupações.

Isso se dá devido ao pequeno poder aquisitivo dessas pessoas diante do cenário de miséria em que vivem. Parte desses locais são desprovidos de serviços públicos que atendem a comunidade, tais como: distribuição de água, rede de esgoto, energia elétrica, pavimentação, entre outros.

Ainda retratando acerca das consequências geradas pela pobreza, podemos destacar a ignorância no que diz respeito ao conhecimento e à participação ativa na sociedade, grande parte desses povos não possuem acesso a informações que os tornem seres pensantes capazes de opinar em determinada situação. Segundo a Constituição Federal de 1988, art. 205, “a Educação é um direito de todos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa [...]” (BRASIL, 1988). Porém, aos que vivem em situação de miséria, desde seu nascimento, muitas vezes, é necessário escolher entre escola e trabalho e, sem muita opção devido suas condições, optam por trabalhar com intuito de garantir ou contribuir para o sustento de suas famílias.

Há um percentual maior de exclusão na zona rural e, em geral, os mais atingidos são esses que vivem em famílias com renda per capita baixa. De acordo com Gentili (2007, p. 11)

[...] Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que têm menos êxito, se avaliadas através dos procedimentos convencionais de medida e as mais difíceis de serem ensinadas através dos métodos tradicionais. Elas são as que têm menos poder na escola, são as menos capazes de fazer valer suas reivindicações ou de insistir para que suas necessidades sejam satisfeitas, mas são, por outro lado, as que mais dependem da escola para obter sua educação.

A criança em situação de pobreza tem na escola uma chance de mudar sua condição, visto que a desigualdade social, muitas vezes, se torna uma barreira para a educabilidade e impacta diretamente no rendimento escolar do aluno, tornando a criança vulnerável à exploração do trabalho infantil e à marginalização. Para Henriques (2000, p. 27) as classes



populares têm percurso escolar diferenciado: fracasso escolar, baixa proficiência, reprovação, evasão e exclusão.

É válido ressaltar que todos têm a mesma capacidade de aprender, porém suas condições sociais que interferem no processo de ensino aprendizagem, por esse motivo faz-se necessário medidas que contribuam para a melhora e qualidade no aprendizado diminuindo o índice de analfabetismo, reprovações e evasões escolares. Patto (1990 p. 63) analisou as causas das desigualdades educacionais na sociedade brasileira associando contexto socioeconômico e político a preconceitos que prejudicam a trajetória escolar individual.

Mas não se pode acreditar que o acesso à educação é a única forma de reparar a consequência desastrosa da pobreza. Gentili (2007, p. 67) afirma isso ao dizer que “Atribuir unicamente à expansão da escolaridade a expectativa de melhorar a justiça social nos nossos países é ilusório e nos encaminha para uma espécie de cilada”, pois é preciso utilizar de ferramentas que sanem esse problema como um todo e não apenas em um único fragmento.

Tendo em vista os pensamentos dos autores é possível elencar que são necessárias políticas de visibilidade para esses grupos menos favorecidos, de modo que não seja feito nenhum tipo de exclusão independentemente de cor, raça ou gênero, pois todos precisam ter garantia do direito à educação, ao saneamento básico, a atendimentos sociais, dentre outros essenciais para a sobrevivência humana, pois quando isso não acontece são geradas consequências que muitas das vezes acabam sendo irreparáveis.

#### **4. ESCOLA PÚBLICA E DESIGUALDADE SOCIAL**

A educação no Brasil passou por mudanças estruturais que incidiram diretamente sobre a construção de um sistema nacional de educação. Ela sofreu diversas modificações ao longo dos anos, possuindo uma trajetória extensa e com grandes nomes que fizeram história de acordo com cada época de atuação.

Tudo começou com a chegada dos portugueses no território brasileiro, quando os padres jesuítas assumiram o papel de professores e catequizadores dos índios. Em 1549, chega ao Brasil um grupo de seis padres jesuítas. Foi o marco oficial de uma “educação formal. Quinze dias após essa chegada fundaram em Salvador a primeira escola elementar (Romanelli, 2012).

Os jesuítas edificaram templos e escolas em diversas regiões da colônia, constituindo um sistema de educação e propagando a sua pedagogia sempre ligada à fé. De certo que



## INTERFERÊNCIA DA RENDA NA APRENDIZAGEM DO EDUCANDO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES

possuíram uma grande importância nas memórias da educação. Sangenis, (2004, p. 93) afirma que:

De fato, os jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla 'rede' de escolas elementares e colégios, como o fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o *Ratio Studiorum* a sua expressão máxima.

De acordo com Saviani (2004) a educação pretendida pelo *Ratio* era a formação do homem perfeito, do bom cristão e era centrada em um currículo de educação literária e humanista voltada para a elite colonial.

Durante anos os jesuítas tiveram o monopólio da educação em suas mãos. Porém, em 1759, eles foram expulsos de Portugal e de suas colônias, abrindo um enorme vazio no âmbito educacional, sendo esta a primeira de tantas desastrosas reformas do ensino no Brasil. Como bem colocou Niskier, (2001, p. 34).

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas 'aulas régias', a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas.

Em 1770 iniciou-se na educação brasileira o período pombalino, marcado por Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, mais conhecido como Marquês de Pombal. Durante a administração de Pombal fica claro seu repúdio à educação da Companhia de Jesus mais conhecida como educação jesuítica. Ele atribuiu a esse modelo todos os males educacionais na metrópole e na colônia. Isso levou a formular e inserir outro modelo de educação no Brasil.

As principais medidas implantadas pelo marquês foram: instituição de aulas de gramática latina, de grego e de retórica; criação do cargo de 'diretor de estudos', pretendia-se que fosse um órgão administrativo de orientação e fiscalização do ensino; introdução das aulas régias – aulas isoladas que substituíram o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas; realização de concurso para escolha de professores para ministrarem as aulas régias; aprovação e instituição das aulas de comércio (SAVIANI, 2004).

Inspirado nas ideias iluministas, o Marquês funda uma reforma educacional cuja metodologia eclesiástica dos jesuítas é substituída pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica. Boto (1996, p. 21) analisa que a partir do século XVIII ocorre:

[...] uma intensificação do pensamento pedagógico e da preocupação com a atitude educativa. Para alguns filósofos e pensadores do movimento francês, o homem seria integralmente tributário do processo educativo a que se submetera. A educação adquire, sob tal enfoque, perspectiva totalizadora e profética, na medida em que, por



## INTERFERÊNCIA DA RENDA NA APRENDIZAGEM DO EDUCANDO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES

intermédio dela, poderiam ocorrer as necessárias reformas sociais perante o signo do homem pedagogicamente reformado.

Diante da ideia apresentada pelo autor acima, pode-se afirmar que Pombal, ao expulsar os jesuítas e oficialmente assumir a responsabilidade pela instrução pública, não pretendia apenas reformar o sistema e os métodos educacionais, mas colocá-los a serviço dos interesses político do Estado. Segundo Haidar (1973, p. 38), buscou-se:

[...] criar a escola útil aos fins do estado, e nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa.

As aulas instituídas por Pombal constituíram a primeira experiência de ensino promovido pelo Estado na história brasileira. A educação, a partir de então, passou a ser uma questão de Estado, “a educação não era democrática, pelo contrário, por atingir apenas as classes mais privilegiadas era excludente e assim mantida por interesse das elites” (SAVIANI, 2004 p. 127). Isso perdurou até meados de 1808, pois neste mesmo ano com a chegada da família real houve-se uma nova ruptura na educação e passa a dominar o âmbito educacional o período joanino comandado por D. João VI. A síntese de Fernando de Azevedo (1964, p. 562) deixa patentes as inovações:

Sobre as ruínas do velho sistema colonial, limitou-se D. João VI a criar escolas especiais, montadas com o fim de satisfazer o mais depressa possível e com menos despesas a tal ou qual necessidade do meio a que se transportou a corte portuguesa. Era preciso, antes de mais nada, prover à defesa militar da Colônia e formar para isso oficiais e engenheiros, civis e militares: duas escolas vieram atender a essa necessidade fundamental, criando-se em 1808 a Academia de Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar, com oito anos de cursos. Eram necessários médicos e cirurgiões para o Exército e a Marinha: criaram-se então, em 1808, na Bahia, o curso de cirurgia que se instalou no Hospital Militar e, no Rio de Janeiro, os cursos de anatomia e cirurgia a que acrescentaram, em 1809, os de medicina, e que, ampliados em 1813, constituíram com os da Bahia, equiparados aos do Rio, as origens do ensino médico no Brasil.

O imperador com interesse em atender às necessidades da nova capital decidiu refundar a academia militar, criou duas escolas de medicina uma no Rio de Janeiro e outra em Salvador e não alterou as modalidades implantadas por Pombal, apenas criou modalidades voltadas a nível superior. D. João não conseguiu inserir um sistema educacional sólido e com isso a educação continua tendo uma importância secundária, ficando atrás dos interesses políticos (SAVIANI, 2004).

Em 1899 num período denominado “República Velha”, adotou-se um modelo político estadunidense baseado no sistema presidencialista, com isso a organização escolar sofreu forte impacto com a filosofia positivista. A reforma de Benjamin Constant tinha como prioridade a liberdade e a laicidade do ensino, além da gratuidade das escolas primárias, cujo



objetivo era formar alunos preparados para o ensino superior e a substituição das obras literárias para as científicas (SAVIANI, 2004).

Em 1933, o Brasil adentra o modelo capitalista de produção, após a denominada reforma de 30. Com isso, a formação dos estudantes nas escolas tinha o objetivo de qualificá-los para a mão de obra nas indústrias da época, tendo em vista a atender aos anseios capitalistas. Houve uma atenção maior na área educacional e, portanto, ainda em 1930, criou-se o ministério da educação e saúde pública. Em 1931, o governo da época sanciona um decreto que organiza as etapas da educação em ensino secundário e universidades, essa reforma fica então conhecida como “Reforma Francisco Campos” (SAVIANI, 2004).

Em 1934, aprova-se, pela primeira vez, que a educação é um direito de todos sendo um dever da família e do poder público. Em 1937, no período denominado “Estado Novo”, o ensino ficou composto de 5 anos de curso na modalidade primária, 4 no ginásial e 3 de colegial, em que era possível escolher entre os tipos clássicos ou científicos (SAVIANI, 2004). Lourenço Filho (1978, p. 24) afirma que as primeiras escolas novas surgiram “em instituições privadas da Inglaterra, França, Suíça, Polônia, Hungria, entre outros países, depois de 1880. A escola nova propõe um foco no ensino democrático, que, por sua vez, contempla a ideia de uma pedagogia contemporânea”.

Até hoje muito se tem reformado na educação brasileira, a última reforma que houve no Brasil foi em 2017 com a lei nº 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, definindo uma nova organização curricular e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes de acordo com a área que possuem mais afinidade. As opções estão entre áreas de conhecimento e formação técnica profissional. Porém isso acaba por resultar em desigualdade partindo do ponto de vista em que escolas de centros urbanos que atendem a classe média vão oferecer muitas opções e em contrapartida a população mais pobre e mais necessitada de uma educação pública de qualidade não terão as mesmas opções de escolha.

## **5. O IMPACTO DA POBREZA E DESIGUALDADE NA APRENDIZAGEM**

O processo de ensino das escolas almeja sempre um bom desempenho dos alunos. No entanto, há inúmeras razões que contribuem para o baixo desempenho escolar. Cavalcante e Santos Junior (2013, p. 30) apontam como influência na vida do educando fatores internos e externos, para ele os motivos internos estão ligados a “instituição de ensino sua estrutura



como biblioteca, laboratório coordenação. Quanto ao corpo docente pode-se ressaltar suas experiências profissionais, titulação, motivação dos professores e metodologia de ensino”.

De fato, se uma escola é bem equipada com bons recursos, estruturada ela tende a propiciar um ensino de melhor qualidade, isso resultará na motivação dos professores em lecionar para seus alunos e planejarem metodologias de ensino que envolva não só alunos com maior desenvolvimento estudantil como também aqueles que são prejudicados por fazer parte do grupo baixa renda. Arroyo (2013, p.20) corrobora ao dizer que:

Os coletivos de docentes-educadores (as) devem estar atentos a essas experiências que os (as) alunos (as) trazem individualmente e como membros dos coletivos empobrecidos. É preciso que sejam aprofundadas as relações entre experiências sociais da pobreza e conhecimento, e que se pesquise em que áreas dos currículos é possível trabalhá-las. Desse modo, age-se para o reconhecimento de que toda experiência social produz saberes, que as vivências demasiado extremas da pobreza provocam indagações não somente para os (as) próprios (as) educandos (as) que as vivenciam, mas também para os conhecimentos dos currículos.

Seguindo a linha de pensamento dos autores e tendo em vista os fatores externos que também interferem no processo de ensino aprendizagem do aluno, eles irão definir as causas externas como sendo a relação e o diálogo familiar e as condições que o aluno possui para adquirir o material de estudo. Segundo Charlot (*apud* Rego, 2011, p.31) “existe uma defasagem entre o discurso pedagógico e a realidade social”. Muitas das vezes a realidade do que se aplica na escola é bem diferente da vida real do aluno.

Gil (2011, p. 42), defende que a motivação do aluno e seus hábitos escolares também interferem de forma significativa no rendimento dos seus estudos e salienta ainda impacto negativo que a falta de uma doutrina pessoal com relação a vida cotidiana escolar pode resultar em um baixo rendimento.

Em se tratando especificamente da relação pobreza e ensino-aprendizagem é possível observar que pessoas com má condição social e baixa renda familiar são prejudicadas no rendimento escolar. Costa (1990, p. 9) conceitua rendimento como sendo “o conhecimento adquirido (e demonstrado) pelos alunos nas várias disciplinas que lhe são ministradas” ou seja, é a capacidade que o aluno demonstra diante daquilo que ele aprendeu, levando em consideração não só o estudo em si, mas todo o contexto em que ele está inserido e que contribui de forma positiva ou negativa no seu desempenho.

A pobreza interfere no nível educacional e deve ser encarada como responsabilidade de todos os envolvidos das áreas educacionais e não é unicamente obrigação da escola. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, cap. III, art. 2º, “[...] dever da família e do



## INTERFERÊNCIA DA RENDA NA APRENDIZAGEM DO EDUCANDO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES

Estado e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando”, portanto se um desses não cumpre o seu papel não será possível o pleno desenvolvimento da pessoa.

Apesar da educação ser um direito de todo cidadão infelizmente um fator que causa desigualdade no desempenho dos alunos é a forma de tratamento que se dá nas salas de aulas entre alunos com melhores condições financeiras e outros com menor poder aquisitivo. Alguns professores tendem a fazer essa seletiva e isso contribui para a elevação dos níveis de desigualdade. Soares (2014, p. 64) confirma essa ideia ao dizer que:

A sociedade brasileira adota, sem críticas na sua política educacional real, a ideia de ensinar para os melhores e esquecer os outros, o que naturalmente é uma estratégia eficaz para o aumento de desigualdades. Essa tolerância para a desigualdade educacional precisa ser revista.

A maior fonte de geração de desigualdades ainda é a sala de aula, já que os estudantes de alguns grupos sociais têm de fato um currículo mais fraco, como afirma Soares (2014). Historicamente, às camadas populares foi negado o direito à educação mesmo após o processo de expansão e democratização do ensino, ainda assim se constata limitações/fragilidades dos sistemas escolares. Isso se deve principalmente, pelo fato de os currículos não dialogarem com os pobres e com sua pobreza. Arroyo (2013, p. 20) o autor deixa claro que ao ignorar os coletivos empobrecidos a escola não cumpre seu papel social.

Infelizmente, devido a baixas condições, muitas famílias acabam não conseguindo acompanhar o avanço e crescimento tecnológico, isso contribui para um maior índice de déficit na aprendizagem. Algumas crianças só possuem acesso a computadores nas escolas quando possuem aulas em laboratórios de informática, por isso é fundamental que as escolas estejam sempre empenhadas em articular os currículos das práticas pedagógicas de forma que atenda o contexto ou realidade social que o aluno está inserido.

### **6. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Este é um trabalho de caráter exploratório, cuja parte empírica foi desenvolvida por meio do levantamento de dados através de questionário, elaborado com questões fechadas, respondido por dois diretores de escolas públicas da cidade de Linhares-ES. Assim, o trabalho se caracteriza como um estudo teórico-exploratório.

Para a coleta de dados recorreu-se a questionário, por ser a principal ferramenta a ser usada em período de quarentena como o de 2020. De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 195), “o questionário é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza



profissional”. Portanto, é um método no qual o investigador consegue adquirir dados e informações em relação a sua pesquisa.

O tipo de questionário usado foi o estruturado, pois fez-se questões fixas a ambos os envolvidos, ou seja, todos os indivíduos entrevistados responderam às mesmas perguntas. De acordo com essas respostas, foi feita uma comparação para verificar se a condição socioeconômica do aluno interfere na aprendizagem.

As escolas onde a pesquisa foi executada foram nomeadas de Escola A e Escola B a fim de garantir a privacidade dos envolvidos. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de compreender o problema da pesquisa, quais as opiniões dos autores sobre o tema e entender, na prática, o que a teoria apresenta sobre a temática. Em seguida, foi realizado o questionário de modo *online*, enviado via e-mail a 2 diretoras de escolas diferentes, sendo 1 (uma) referente à Escola A e 1 (uma) à Escola B. Levando em consideração que se optou por não identificar as gestoras, sendo assim quando elas forem citadas serão mencionadas como D1 e D2. Sendo D1, diretora da Escola A, e D2, da Escola B.

## **7. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Quadro 1 - Como você conceitua o termo pobreza e em quais áreas da vida do ser humano ela pode interferir?**

D1	Pobreza é a ausência se não total, mas quase, de recursos necessários à sobrevivência. Não entendo apenas como carências materiais, mas também, e principalmente, cultural e intelectual. Assim, o não acesso e educação de qualidade também se configuram enquanto pobreza.
D2	Pobreza é a falta de recursos básicos à sobrevivência humana desencadeando uma série de consequências que permeiam várias áreas da vida do ser humano tais como: educação, personalidade, qualidade profissional etc.

**Fonte: Autoria própria, 2020.**

Ao serem questionadas de que forma elas conceituavam pobreza, pode-se perceber que ambas opinam sobre o assunto e discorrem acerca dele com muita clareza. A D1 afirma que pobreza é a ausência de recursos necessários à sobrevivência e ressalta que as carências não são apenas materiais como também cultural e intelectual. Além disso, ela ainda afirma que a falta de acesso à educação de qualidade pode ser entendida como pobreza. Segundo Amartya Sen (1999, p. 93), “a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido”. Ou seja, para que o indivíduo seja caracterizado pobre a análise dos fatores que levam a isso deve



## INTERFERÊNCIA DA RENDA NA APRENDIZAGEM DO EDUCANDO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES

se basear em um contexto mais geral, levando em consideração fatores como rendas, conhecimentos, culturas, etc.

A D2 segue a mesma linha de raciocínio ao afirmar que a pobreza é a falta de recursos básicos à sobrevivência humana, ela ressalta que esta pode desencadear uma série de consequências em várias áreas da vida da pessoa, sendo assim a pessoa que se encontra às margens da pobreza pode ter sérias dificuldades no decorrer da sua vida.

### Quadro 2 - Qual sua opinião com relação às políticas públicas criadas para erradicar a pobreza no Brasil?

D1	Possuem um papel extremamente importante, pois minimizam um aspecto que considero como pobreza que é o acesso à educação, a escola. Antes dessas políticas muitas crianças e jovens não chegavam à escola e/ou não permaneciam. Essas políticas foram capazes de tirar milhares de crianças e jovens da extrema pobreza.
D2	Exercem um papel importante, pois visam diminuir o índice de pessoas em situação de pobreza extrema. Permite e permitiu o acesso à educação a muitos jovens que antes não conseguiam alcançar a escola ou permanecer nela devido a inúmeras dificuldades que a pobreza desencadeava.

Fonte: Autoria própria, 2020.

Sabemos que no Brasil existem alguns programas que buscam erradicar o índice de pobreza no país, com isso indagamos as diretoras suas opiniões acerca das políticas públicas criadas para erradicar a pobreza no Brasil. A D1 declarou que tais projetos desenvolvem um papel importante, pois minimizam a falta de acesso à educação que para ela é um aspecto da pobreza.

Para ela o não acesso à educação também é capaz de tornar o indivíduo pobre, pois além do aspecto econômico existe o fator cultural e intelectual que podem ser desenvolvidos com uma boa instrução escolar.

A D2 salienta a importância de tais programas no que tange a diminuição do número de pessoas abaixo da linha da pobreza e que esses projetos contribuíssem para que muitos jovens obtivessem não só o acesso como também a permanência na escola. Sendo assim, é possível perceber que a escola pode ser a maior porta de entrada para o desenvolvimento de políticas públicas cujo objetivo primordial é atender a questões sociais de uma comunidade.

Oliveira (2000. p. 32) afirma que “as escolas públicas cumprem um papel central de agência estatal, sendo muitas vezes a única representação do poder público em determinados espaços geográficos”. Algebaile (2009. p.53) corrobora com Oliveira ao dizer que:

As escolas tornaram-se porta de entrada para a diversidade de ações e programas, como vacinação, alimentação, renda. No espaço físico da educação formal, outras funções e tarefas foram e são processadas, transformando o espaço educacional em muito mais do que um espaço unicamente educativo. Passa-se a um espaço escolar



## INTERFERÊNCIA DA RENDA NA APRENDIZAGEM DO EDUCANDO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES

no qual são realizadas múltiplas maneiras de atenção às necessidades da população mais pobre, como: alimentação e nutrição, saúde e higiene, vestuário, renda, entre outras.

Sendo assim percebe-se que os programas sociais e a educação, principalmente em países com forte desigualdade social, na grande maioria das vezes, acabam sendo indissociáveis, uma vez que de acordo com o perfil do projeto a escola possa estar inteiramente envolvida.

### Quadro 3 – Qual a relação existente entre pobreza e desigualdade?

D1 Um dos fatores que ratifica a desigualdade é a pobreza.

D2 Um dos reflexos gerados pela desigualdade social é a pobreza.

**Fonte: Autoria própria, 2020.**

Ao serem questionadas sobre a relação entre pobreza e desigualdade, ambas respostas foram curtas e diretas. A D1 diz que a pobreza ratifica a desigualdade e a D2 assemelha-se em sua resposta, porém com outras palavras ao dizer que a pobreza é reflexo da desigualdade social. Asselin (2009, p.76) considera “a pobreza uma forma de exclusão social, resultado da distribuição desigual dos bens essenciais para uma vida digna”. Os bens essenciais correspondem à capacidade de indivíduos, famílias e comunidades de suprir necessidades básicas em diversas dimensões, ou seja, a partir do momento em que numa determinada sociedade a divisão de rendas favorece um grupo e outro não é caracterizada como desigualdade e conseqüentemente gera a pobreza.

### Quadro 4 - Quais são os fatores externos e internos que interferem no desenvolvimento cognitivo do aluno?

D1 Internos: ações que não contribuem para a qualidade do ensino; formação precária dos docentes; infraestrutura ruim, inclusive da biblioteca.  
Externos: políticas voltadas para quantidade (número); desvalorização do conhecimento, entre outros.

D2 Como fatores internos podemos abordar as metodologias de cada professor nem sempre é de qualidade de forma que propicie ao aluno desenvolver com eficiência, além da infraestrutura das escolas públicas no geral que não permite um ensino de qualidades.  
Externos: a má gestão pública das ações voltadas para a educação.

**Fonte: Autoria própria, 2020.**



## INTERFERÊNCIA DA RENDA NA APRENDIZAGEM DO EDUCANDO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES

Para que se obtenha uma educação de qualidade é necessária uma política pública que envolva todo corpo educacional, e que haja participação efetiva do conjunto de líderes políticos, gestores escolares, professores, pais, alunos, empresas e a própria comunidade do entorno das escolas.

Tudo isso pode interferir de forma positiva ou negativa na educação dependendo do objetivo principal que se estabelece com relação à educação. Essas interferências dar-se-ão de forma interna e externa, pois, como dito anteriormente a educação se faz com um conjunto de variáveis.

Ao serem questionadas acerca desses fatores internos e externos que influenciam no desenvolvimento do aluno, a D1 pontuou como fatores internos a formação precária dos docentes. Nesse sentido, propõe-se um passeio pela profissão de educador e de sua importância para a formação do cidadão. Freire (1983. p. 45) afirma o seguinte acerca da formação dos profissionais da educação.

Neste sentido é essencial compreendermos que os profissionais da educação da atualidade e, em especial, o professor, necessitam de um engajamento profissional e pessoal diferente daquele que se tinha e bastava há alguns anos atrás, quando os alunos aguardavam atentos e perfilados em suas carteiras a chegada do mestre, meros espectadores de uma “educação bancária”, desprovida de sentido e preocupada apenas em atender a necessidades de uma sociedade capitalista emergente.

Em grande maioria dos casos, o professor é o único espelho de incentivo do aluno para a educação, Alves (1994 apud OLIVEIRA) afirma que se os professores adentrassem nos mundos em que vivem os alunos, eles ensinariam melhor e, por isso, devem envolver-se com entusiasmo em suas práticas pedagógicas, elaborar boas metodologias para que o aluno sintasse estimulado a estar na escola. Menezes (2011, p. 146) enfatiza que essa ideia ao dizer que “ensinar bem requer, além de conhecimento e competência, doses de responsabilidade e envolvimento emocional”.

Outro fator interno em que a D1 ressalta em sua resposta é a carência da infraestrutura escolar e as condições precárias da biblioteca. Um espaço que quando bem aproveitado pode desenvolver habilidades importantes no educando. A D2 destacou como fatores internos de interferência no desenvolvimento do aluno, as metodologias adotadas por cada professor e a infraestrutura das escolas públicas em geral. Com relação aos fatores externos, ambas seguem uma linha de raciocínio dizendo que a má gestão pública das ações voltadas para escola, uma vez que estas são voltadas em grande parte para quantidade e não qualidade. Assim, pode-se observar que vários são os fatores socioeconômicos que exercem influência sobre o desempenho escolar dos estudantes.



**Quadro 5 - Estudantes de baixa renda possuem o mesmo desempenho escolar comparado aos demais colegas de classe média? Caso sua resposta seja não, justifique por que isso ocorre.**

D1	Existe exceção, contudo na maioria das vezes não. Os discentes de baixa renda não possuem ambiente familiar propício, nem condições de acesso à leitura, tecnologia, objetos culturais entre outros recursos, os quais os discentes de classe média dispõem.
D2	Ao analisarmos os rendimentos dos alunos aos finais de cada trimestre é notório a diferença entre os alunos de baixa renda comparado aos alunos de classe média, acredito que falta de estrutura familiar, a falta de acesso à tecnologia contribui para o fracasso escolar dos alunos baixa renda.

**Fonte: Autoria própria, 2020.**

Ao serem questionadas a respeito do desempenho escolar dos alunos comparando os de baixa renda com os de classe média, ambas deixaram claro que as diferenças são significativas. A D1 afirmou que alunos com baixa renda não possuem um ambiente familiar propício para que se obtenha bom rendimento na escola. O que se difere dos alunos que possuem acesso às tecnologias, objetos culturais e se sobressaem nos rendimentos escolares quando comparados a colegas que não possuem tais recursos.

A D1 corrobora com a D2 e enfatiza que os resultados finais dos alunos de baixa renda são diferentes aos resultados dos de classe média, pautando a falta de recurso e acesso a tecnologias um dos maiores impasses para que haja essa desigualdade do rendimento escolar dos educandos. Guerreiro-Casanova et al. (2011) mostram que o ambiente familiar é um determinante do nível educacional dos indivíduos no Brasil. Os autores classificam os recursos familiares em dois tipos: a) A renda familiar per capita; b) O nível de escolaridade dos pais e segue dizendo o seguinte:

O estilo parental exercido em casa tem importantes implicações para os resultados escolares. O envolvimento parental na vida acadêmica dos filhos indica positividade com a motivação para aprender ao refletir uma clara mensagem de que a educação é para ser valorizada.

A família assume então um papel importantíssimo na vida escolar do aluno e, por esse motivo, sua atuação deve ser de forma positiva e participativa. O status socioeconômico e educacional está usualmente positivamente correlacionado entre as gerações, ou seja, quanto mais a renda e a escolaridade dos pais melhor serão o desempenho educacional dos filhos (Machado; Gonzaga, 2007).



**Quadro 6 - Qual deve ser o papel da escola diante dessa diversidade de alunos com rendas desiguais?**

D1 Conseguir alcançar a todos, levando o conhecimento de forma significativa a todas as realidades.

D2 Estabelecer metas cujo objetivo maior seja proporcionar um ensino de qualidade aos educandos independente da renda per capita dos alunos.

**Fonte: Autoria própria, 2020.**

A escola como um todo deve ter um olhar pautado para minimizar as diferenças existentes entre os alunos, sejam elas raciais, econômicas, de gêneros, etc. Levando em consideração a variável renda, indagamos as diretoras qual deve ser o papel da escola diante das diversidades socioeconômicas existentes entre os alunos. A D1 acredita que deve assumir um papel que busque alcançar a todos, levando o conhecimento de forma significativa a todas as realidades. Arroyo (2013, p. 20) destaca que organizar a escola, os tempos e os conhecimentos, o que ensinar e aprender respeitando a especificidade de cada tempo de formação não é uma opção a mais na diversidade de formas de organização escolar e curricular, é uma exigência do direito que os educandos têm a ser respeitados em seus tempos mentais, culturais, éticos, humanos.

A D2 acredita que o ensino de qualidade deve ser proporcionado a todos os alunos independentes de sua renda per capita e que este deve ser um dos objetivos da escola. É importante considerar que nem sempre as legislações são pensadas de acordo com a realidade da escola, muitas vezes estão em caminhos opostos. É possível ilustrar com uma passagem de Alves (2007, p. 5- 6):

Isto significa que a problemática da igualdade do acesso à escola não pode ser confundida com expressão de uma cultura homogênea, de padrão único. Faz-se necessário a adoção de currículos e metodologias de ensino que levem em consideração as diferenças regionais, culturais, de gênero, étnicas, raciais e religiosas, os perfis populacionais etários e os contextos onde as aprendizagens se realizam.

Nota-se um currículo diversificado, com metodologias variadas pode ser uma saída para dar conta dos desiguais existentes no mesmo espaço.



**Quadro 7 - Qual o impacto da família no desenvolvimento do educando?**

D1	É muito complexo para a escola desconstruir um pensamento culturalmente construído, assim, se a família não valoriza o conhecer, é muito difícil para a escola construir essa visão com o aluno. Quando a família compreende o valor do conhecer, ela se torna parceira da escola.
D2	Pode-se dizer que é o fator que mais contribui seja ela de forma positiva ou negativa na vida de um estudante. Se a família vê o conhecimento como algo bom, conseqüentemente essa visão será passada para o aluno e irá refletir positivamente em seu desenvolvimento nos estudos, contudo se a família não dá valor ao que é ensinado na escola e nem apoio aos estudos do filho dificilmente um aluno que faz parte desse ambiente familiar irá desenvolver de forma significativa. Tendo seus rendimentos mais baixos comparados a colegas cujas famílias são estruturadas.

**Fonte: Autoria própria, 2020.**

Quando se pensa em escola e família, não é preciso ir muito além para saber que essa relação é um desafio nos dias atuais, quando questionadas acerca do impacto da família no desenvolvimento do aluno, a D1 afirma que se a família valoriza o conhecer ela se torna parceira da escola e quando isso não acontece fica complicado trabalhar com os alunos. De acordo com Soares (2000 apud SOARES) “as modificações familiares podem refletir nos comportamentos da criança no meio educacional assim como no desempenho escolar”.

A D2 acredita que a família pode interferir de forma positiva ou negativa na vida do estudante e que a visão da família com relação à educação será repassada aos alunos e que, por isso, a falta de apoio da família na escola pode interferir no rendimento do aluno.

**Quadro 08 - O que os professores precisam fazer para conseguir melhorar o nível de proficiência dos estudantes vulneráveis?**

D1	Havendo a possibilidade de flexibilização do currículo, os professores precisam conhecer as habilidades estruturantes e trabalhar a partir delas, para que assim, os alunos adquiram a base de que necessitam para melhorarem o nível de proficiência. Muitas vezes, a dificuldade vem porque as propostas abarcam habilidades de desdobramento que se tornam demasiadas complexas para os estudantes vulneráveis.
D2	Fazer com que os alunos mudem suas visões com relação a escola e passem a enxergar como uma oportunidade de adquirir conhecimentos e melhoria de vida. Feito isso é importante metodologias que abordem atividades inclusivas e que estimulam o desenvolvimento de habilidades do aluno.

**Fonte: Autoria própria, 2020.**

Sabemos que o professor é a principal “ponte” entre o aluno e o seu desenvolvimento escolar, atuando de forma mediadora daquilo que o aluno já sabe entre aquilo que ele pode absorver. Questionamos as professoras sobre o que os professores precisam fazer para conseguir melhorar o nível de proficiência dos estudantes vulneráveis, a D1 disse que quando há possibilidade de flexibilização dos currículos os professores precisam conhecer as habilidades propostas e a partir delas trabalhar com os alunos.



A D2 acredita que ao tentar mudar a visão do aluno com relação à valorização daquilo que se pode adquirir na escola, ele passa a enxergar naquele ambiente uma oportunidade de melhoria de vida e que quando isso acontece é importante elaborar metodologias que visam o estímulo contínuo dessa visão escolar.

Sendo assim o discente precisa sentir que a escola é um ambiente propício para novos saberes, com oportunidades de descobertas para um mundo que talvez tenha ficado distante para ele devido a pobreza ou outras dificuldades oriundas da baixa renda.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou uma análise de quais desafios podem ser encontrados no processo ensino aprendizagem dos alunos baixa renda de escola pública no município de Linhares, por permitir uma pesquisa de campo a fim de obter dados mais consistentes acerca da realidade escolar dos docentes e discentes no que diz respeito a interferência da renda per capita na aquisição de conhecimentos.

Foi elaborado um questionário com perguntas abertas voltadas ao tema do presente instrumento, direcionadas a duas diretoras responsáveis pelas escolas pesquisadas. Dessa forma, conseguiu-se analisar as ideias dos autores ora mencionados no trabalho com a veracidade daquilo que é vivido no dia a dia nos âmbitos escolares de acordo com revisão bibliográfica.

Tendo em vista que o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia irá atuar diretamente na formação de outros cidadãos, tornam-se importantes estudos acerca do que pode ser um impasse no desenvolvimento dos alunos. Por esse motivo, há necessidade de investigar quais desafios são encontrados durante o percurso do aprendizado do cidadão e quais medidas podem ser adotadas para que venham resultar em bons rendimentos escolares.

Conseguiu-se atingir os objetivos estabelecidos no início do trabalho por meio da análise de dados, uma vez que se constatou impacto negativo no desenvolvimento escolar do educando decorrente das condições sociais. Ficou evidente pela análise bibliográfica que a educação, além de ser um direito, é algo essencial na vida do ser humano e que ela precisa percorrer desde a infância até a vida adulta. Porém, há diversos fatores que podem interferir de forma negativa nesse processo, dificultando o acesso à vida educacional e que é necessária uma boa articulação entre família, escola e estado para fazer diferença na formação do indivíduo proporcionando a este um ensino de qualidade.



## INTERFERÊNCIA DA RENDA NA APRENDIZAGEM DO EDUCANDO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES

A hipótese apresentada na pesquisa aponta que os desafios que provocam baixo rendimento escolar podem decorrer da situação econômica de cada aluno no que diz respeito à renda familiar, estrutura da família, acesso a tecnologias e informação, quando este indivíduo faz parte das pessoas que vivem em situação de pobreza. No decorrer da pesquisa foi constatado que, de fato, o baixo rendimento escolar do aluno está ligado à renda per capita dos pais, como, para exemplificar, a falta de acesso a tecnologias que avançam o tempo todo e ao fato de alunos de extrema pobreza não conseguirem acompanhar essas mudanças.

Sendo assim, conclui-se que a pobreza e a desigualdade social interferem de maneira significativa no aprendizado do aluno. Entretanto, os professores tentam, de todas as maneiras, reverter essa situação buscando práticas que considerem a vivência de mundo do educando de maneira que consiga com boas estratégias melhorar o nível de proficiência desses alunos.

### REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, R. C. de. Estratégias de desenvolvimento e combate a pobreza. Scielo. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a04.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2020.
- Algebaile, E. **Escola pública e pobreza no Brasil**. A ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparinha/FAPERJ, 2009.
- ALVES, J.H.M. **A evolução nas definições de família, suas novas configurações e o preconceito**. Natal, 2014. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- ARROYO, M. G. **Currículo: território em disputa**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- ASSELIN, L. M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- BOTO, C. **A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado, 1988.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9394/96. Brasília: 1997.
- CARDOSO, E. & HELWEGE, A. 1990: “À margem da subsistência: pobreza na América Latina”, *Pesquisa e Planejamento Económico*, vol. 20, nº 1.
- COSTA, M. **O rendimento escolar no Brasil: e a experiência de outros países**. São Paulo. Loyola, 1990.
- EXCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3041/os-sem-escola> acesso em: 16 de jan. 2017.



## INTERFERÊNCIA DA RENDA NA APRENDIZAGEM DO EDUCANDO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **EXTREMA POBREZA ATINGE 13,5 MILHÕES:** a pesquisa do IBGE e o papel do estado. LCE CONSULTORES. Disponível em: <

<http://cee.fiocruz.br/?q=node/1076#:~:text=Dados%20da%20S%C3%ADntese%20de%20Indicadores%20Sociais%20do%20Instituto%20Brasileiro%20de,%C3%A9%20recorde%20em%20sete%20anos>>. Acesso: 22 ago.2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREITAS, R. de C. M.; LAGO, M. C. de S.; SILVA, E. F.. **Programa Bolsa Família em Florianópolis:** velhas questões, outros olhares. In: SARMENTO, Hélder Boska de Moraes (Org.). Serviço Social: questões contemporâneas. Florianópolis, SC: Ed. UFSC, 2012. p. 75-104.

GENTILI, P. **Educar na esperança em tempos de desencanto** / Pablo Gentili, Chico Alencar. – 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GIL, A. C. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2011.

Haidar, M. de L. M. A instrução popular no Brasil antes da República. In: BREJON, M. (Org.). **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus**. São Paulo: Pioneira, 1973. p. 37-51.

HENRIQUES, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Brasília: IPEA, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURENÇO F. M. B. **Introdução ao estudo da escola nova:** bases, sistemas e diretrizes da Pedagogia contemporânea. - 12ª ed. - São Paulo: Melhoramentos, 1978.

M. de L. M. A instrução popular no Brasil antes da República. In: BREJON, M. (Org.). **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus**. São Paulo: Pioneira, 1973. p. 37-51.

MENEZES, L. C. **A escola dos últimos 25 anos**. In REVISTA NOVA ESCOLA. Ed nº 239, p. 146, janeiro/fevereiro, 2011. \_\_\_\_\_. “Esse aluno não sabe nada!”. In: Revista Nova Escola. Ed nº 236, p. 130. Outubro, 2010.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.

NERI, M. C. **Por uma segunda década de avanços no Bolsa Família**. Por Que Pobreza? Educação e Desigualdade, pág. 19-20. Futura, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação Roberto Marinho. Rio de Janeiro, RJ, 2014.

NISKIER, A. **Educação Brasileira: 500 anos de História**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

OLIVEIRA, D. A. **Educação básica**. Gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

PAES DE BARROS, R. *et al. Welfare, Poverty and Social Conditions in Brazil over the Last Three Decades*, Rio de Janeiro, 1992.

PATTO, M. H. S. **A reprodução do fracasso escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

POBREZA EXTREMA. Disponível em: [/www.valor.com.br/brasil/5446455/pobreza-extrema-aumenta-11-e-atinge-148-milhoes-de-pessoas](http://www.valor.com.br/brasil/5446455/pobreza-extrema-aumenta-11-e-atinge-148-milhoes-de-pessoas) ou as ferramentas oferecidas na página.



POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Bomtempo, 2001.

PROJETO FOME ZERO. Instituto de Cidadania. 3. Versão, 2016.

REGO, T. C. **Memórias da Escola: Cultura Escolar e Constituição de Singularidades.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

REGO, T. C. **Educação, Escola e Desigualdade.** Coleção Pedagogia Contemporânea. Vol.I. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** Petrópolis: Vozes, 37ed. 2012.

SANGENIS, L. F. C. **Franciscanos na Educação Brasileira.** In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. I – Séculos XVI-XVIII.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 93-107.

SAVIANI, D. **Educação e Colonização: as idéias pedagógicas no Brasil.** In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. I – Séculos XVI-XVIII.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004.p.121-130.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos/** Maria Ozanira da Silva e Silva (coord.), Valéria Ferreira Santos de Almada Lima. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, A. V. **O processo de exclusão escolar numa visão heterotópica.** In: Revista Perspectiva. v. 25, nº 86. Erechim, 2000

SINSSP. Disponível em: [http://www.sinssp.org.br/Noticias/Not%C3%ADcias\\_/Com-Temer-extrema-pobreza-sobe-mais-de-11-em-2017](http://www.sinssp.org.br/Noticias/Not%C3%ADcias_/Com-Temer-extrema-pobreza-sobe-mais-de-11-em-2017) acesso: 18 de jul de 2017.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade.** São Paulo: Expressão Popular, 2005 p. 47.

## ENDEREÇO DOS AUTORES

**Autora:** Poliana Bernabé Leonardeli

**E-mail:** [pleonardeli@gmail.com](mailto:pleonardeli@gmail.com)

**Autora:** Jaqueline Gomes Ferreira

**E-mail:** [ferreirajaqueline.192@gmail.com](mailto:ferreirajaqueline.192@gmail.com)

**Autor:** Josimar Gomes Ferreira

**E-mail:** [ferreirajaqueline.192@gmail.com](mailto:ferreirajaqueline.192@gmail.com)